

## ANÁLISE DOCUMENTAL DAS PROVAS ENADE DE ALUNOS DE PEDAGOGIA

### DOCUMENTARY ANALYSIS OF ENADE EXAMS OF STUDANTS PEDAGOGY

Sâmela Santos de Sena<sup>1</sup>

**RESUMO:** O atual sistema avaliativo do ensino superior, aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), instituiu o Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), como forma de avaliar o progresso estudantil e a qualidade das instituições, usando um método de larga escala, que pressupõe a qualidade da educação superior. O objetivo dessa investigação é mostrar como o sistema avaliativo do ensino superior no Brasil se relaciona com algumas teorias sobre a temática, apontando potencialidades e falhas existentes nos atuais métodos avaliativos, de modo a tentar desenvolver uma perspectiva sobre a funcionalidade e estratégias desse método.

**Palavras-chave:** Avaliação. ENADE. Ensino superior.

**ABSTRACT:** The university education system, activated by National Institute for education and research Anísio Teixeira – (Instituto Nacional de Educação e Pesquisa- Inep), fixed the National Examination Performance os Students (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE), like a method of analyse the studantil progress and the educational institution quality, using a large scale measure, that declare the university education quality. The intention this investigation is show how the university education evaluative system in Brazil relate with some theories about this, identify potentialities and deficiency in actual evaluative methods, so try develop a perspective about the functionality and strategies this method.

**Keywords:** Avaliation. ENADE. University education.

## INTRODUÇÃO

Na década de 60, depois de implantado o Plano Actoni, segundo Martins (apud AMORIM, 1992), plano com o intuito de averiguar a qualidade da educação superior brasileira, foram identificadas diversas deficiências, entre elas: a “baixa

---

<sup>1</sup> Pós- graduada em Pedagogia Empresarial pelo IPEMIG – Instituto Pedagógico de Minas Gerais. Formada em Ensino Superior Licenciatura em Pedagogia pelo UNASP – Centro Universitário Adventista de São Paulo. E-mail: samelas.sena@gmail.com

qualidade de ensino, a falta de capacitação dos professores e a falta de integração entre as disciplinas”. Essas carências relacionavam-se as formações conferidas pelas universidades e as demandas do mercado de trabalho. Carências essas que dificultam nas melhorias e evolução da educação; e para que o ensino superior cumpra com os seus deveres de formações qualificadas para o mercado de trabalho no país é necessário um bom funcionamento.

Nérici (1967) afirma que o ensino superior no Brasil é “muito acadêmico, isto é, mais preocupado com a erudição e o estudo livresco, não atendendo o seu conteúdo a uma funcionalidade mais atuante, exigida pelas necessidades sociais.” Para ele o ensino superior, em países em desenvolvimento, possui um propósito profissional e de pesquisa, visto ser uma imposição para independência e desenvolvimento de um país. Sendo assim, anteriormente, o ensino superior estava relacionado ao aprimoramento intelectual, entretanto, nos dias de hoje, este ensino está relacionado a qualificação para o mercado de trabalho. O país necessita de pessoas capacitadas para solucionar as necessidades sociais, portanto, o governo precisa oportunizar trabalho para as mesmas e se empenhar para a formação desses profissionais.

Ao longo dos anos, a educação superior desenvolveu conceitos e estabeleceu novas leis, com o objetivo de promover melhores resultados e crescimento na aprendizagem dos estudantes de diversas áreas dos cursos de graduação. Entre essas mudanças, foi estabelecido em 1996, por meio da Lei 9131/1995 e pelo Decreto 2026/1996, o primeiro sistema de avaliação em larga escala, o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como provão. O sistema avaliativo era obrigatório e a conclusão do curso, em consonância com o diploma, somente era liberado com a participação do mesmo. Esse sistema de avaliação aconteceu entre os anos de 1996 a 2003.

Em seguida, em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior- SINAES, ficou responsável pela avaliação dos alunos. De acordo com o sistema, o objetivo é averiguar o desempenho dos estudantes. Para essa avaliação, recorre-se ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), é um complexo instrumento de avaliação da aprendizagem construída ao longo da formação de um graduando e exige do aluno o desenvolvimento de competências previstas nas diretrizes curriculares de cada área, visando a inserção dos diplomados em um ramo profissional específico.

Inúmeros instrumentos de avaliação são hoje utilizados com o propósito de melhorar o ensino superior. Com o resultado dos exames realizados pelos estudantes, é possível analisar e refletir sobre as fortalezas e lacunas no ambiente universitário, bem como possibilidades de melhorias. Para Amorim e Souza (apud WANDERLEY, 1986) “a avaliação contribui para melhorar os erros da Universidade, no mesmo intuito de apontar novas perspectivas em relação as mudanças. No entanto, para que a avaliação seja eficaz, é preciso que seja objetiva e coerente às finalidades da instituição, mantendo a autonomia do avaliado e sem contradições com o que seja exigido”.

Deve-se rever o rumo em que os conceitos da avaliação está tomando. A preferência de notas, ou a preparação do aluno para o mercado de trabalho. Nérici (1967, p. 31) ainda relata sobre o que deve ser evitado na educação superior:

Que os estudantes estejam preocupados unicamente com a prestação de exames. Não há dúvida de que muitos cursos universitários são orientados dentro daquele clima de prestação de contas nas provas, em que as verificações têm mais finalidade de marcar o estudante, do que recolher amostras que possibilitem melhor atendê-lo, suprimindo deficiências, adequando e melhor orientando os estudos...

De acordo com Carpinelli (1996), o uso da avaliação, sobretudo, ressalta no aluno a sua nota, mais do que o seu progresso no conteúdo. Carpinelli (1996, p. 26) continua sua ideia <sup>2</sup>dizendo que “o ato de avaliar é muito amplo. A avaliação deve ser uma ação que nos leva a novas reflexões. E quando se fala em reflexão, fala-se em avaliação qualitativa, em vários fatores interferindo e interagindo para se chegar a um resultado”.

---

<sup>2</sup> 1 Iniciativa do Governo Militar, elaborado por Rudolph Acton, consultor americano, entre 1965 e 1967.

Para Brito et al (1996, p. 18) os cursos deixam a desejar quanto a preparação dos avaliados, por meio da avaliação:

A organização curricular deixa de atender às necessidades dos alunos tanto em termos de tempo para aquisição e aprofundamento do conhecimento quanto por desvincular a teoria da prática, dando pouca chance de transferência e aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Interrogar alunos por meio de provas, exige, dos avaliadores, conhecimento sobre o que estão interrogando com a elaboração de questões de forma fundamentada, para que o aluno possa expressar-se da melhor forma, sobretudo nas questões discursivas. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2018, p. 28), os objetivos do ENADE são incoerentes a realidade acadêmica dos estudantes.

A exigência de medir a compreensão de “temas não especificados fora do escopo do programa” - que deram origem à avaliação geral de competências no ENADE - é inerentemente problemática porque é tão geral e os conhecimentos e habilidades avaliados, por definição, não fazem parte dos principais resultados de aprendizagem intencionados pelo programa.

A OCDE enumera cinco fraquezas perceptíveis no método que o ENADE avalia os alunos, são eles: a obrigatoriedade para a realização do exame e a não interferência no histórico escolar do aluno; a forma em que o ENADE é desenvolvido a cada edição, visto não ser possível comparar as edições pelos anos ou pelas disciplinas; não expõe níveis mínimos esperados para o desempenho, exibem apenas números; presença de questões que se referem a assuntos atuais e sociais, uma vez que os cursos de graduação podem não ter esse conhecimento e não deve julgar individualmente o desempenho dos alunos nessas áreas; o uso padrão de pontos atribuídos às questões em cada edição, sendo que possui níveis de dificuldade diferentes.

Essa pesquisa é bibliográfica de caráter descritivo e tem como objetivo avaliar o que foi contemplado de conteúdo do curso de pedagogia ao longo das edições Enade. Investigará os saberes apresentados nas provas do ENADE para o Curso de

Pedagogia ao longo dos anos (2008, 2011, 2014, 2017) estabelecendo relações com o que está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

## ENTENDENDO O EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

O sistema do Enade divide os cursos em três grupos. Por isso, cada grupo disciplinar submete-se a prova a cada três anos: grupo I em um ano, grupo II no ano seguinte e em seguida o grupo III, da seguinte forma:

**Quadro I – Como os cursos são organizados para elaboração dos exames**

<p>Grupo I:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e áreas afins;</li> <li>• Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo;</li> <li>• Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança.</li> </ul>
<p>Grupo II:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes e áreas afins;</li> <li>• Cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes;</li> <li>• Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas e Ciências da Saúde, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial.</li> </ul>
<p>Grupo III:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins;</li> <li>• Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas;</li> <li>• Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.</li> </ul>

Em determinado período do curso, alunos graduandos, pertencentes a um grupo de áreas disciplinares, são obrigados a realizarem esse exame de competência. As pontuações obtidas são calculadas para conseguir um retorno sobre o Enade.

Segundo o portal INEP (2019):

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

Em cada edição do Enade, são abordados conteúdos pertencentes as diretrizes curriculares dos cursos e conteúdos que abordam os conhecimentos gerais sobre determinados temas. Incluem questões discursivas e de múltipla escolha, com questões comuns a todos os cursos e específicas para cada área.

Os resultados são calculados por indicadores que englobam: rendimento do desempenho do aluno e de sua aprendizagem; o perfil dos professores associado ao programa; feedback dos alunos sobre ensino e aprendizagem, infraestrutura e outros aspectos dos questionários que fazem parte do teste Enade.

## RESULTADOS

Foi analisado as questões, objetivas e discursivas, submetidas aos alunos do curso de pedagogia; e a quantidade de questões que se referiram a determinados conteúdos exigidos pelas diretrizes curriculares do curso de pedagogia. Utilizou como fonte de dados secundários as provas de cada edição, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Ministério da Educação (MEC) e o download foi realizado no site do Inep.

As análises foram feitas a partir de fontes referenciais: autores de obras de metodologias do ensino superior, bem como autores de obras sobre a qualidade e avaliação do ENADE. As ideias expostas terão base coerente as propostas atuais das diretrizes pedagógicas e as questões do Enade. Ressalta-se que, para a realização da análise as edições utilizadas foram: 2008, 2011, 2014 e 2017. Depois de avaliado as diretrizes curriculares do curso de Pedagogia, foi analisado os conteúdos contemplados, nas questões, de cada edição ENADE.

A tabela se organiza da seguinte forma: Conteúdos pertencentes as diretrizes pedagógicas na primeira coluna e nas demais colunas as quatro edições avaliadas, com a quantidade de questões em cada conteúdo, se o mesmo foi contemplado nas edições.

**Tabela I – Análise das edições do exame nacional de desempenho dos estudantes**

CONTEÚDO	Edição 2008	Edição 2011	Edição 2014	Edição 2017
História da Educação	SIM / 2	SIM / 1	NÃO	NÃO
Filosofia da Educação	SIM / 3	SIM / 2	SIM / 1	NÃO

Sociologia da Educação	SIM / 1	NÃO	SIM / 1	SIM / 1
Fundamentos da Infância	NÃO	NÃO	NÃO	SIM / 1
Didática	SIM / 1	SIM / 2	SIM / 1	SIM / 1
Pesquisa e Prática Pedagógica	NÃO	NÃO	SIM / 2	SIM / 6
Alfabetização e Letramento	SIM / 2	SIM / 1	NÃO	SIM / 2
Conteúdos e Métodos da Educação Infantil	NÃO	SIM / 1	NÃO	SIM / 3
Conteúdos e Métodos da Educação de Jovens e Adultos	SIM / 1	NÃO	NÃO	SIM / 2
Conteúdos e Métodos do Ensino da Língua Portuguesa	SIM / 3	SIM / 6	SIM / 7	SIM / 10
Conteúdos e Métodos da Matemática	SIM / 3	NÃO	SIM / 1	SIM / 1
Conteúdos e Métodos da História	SIM / 2	NÃO	NÃO	NÃO
Conteúdos e Métodos da Geografia	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Conteúdos e Métodos das Ciências	SIM / 2	NÃO	SIM / 1	SIM / 2
Conteúdos e Métodos das Artes	SIM / 1	NÃO	NÃO	NÃO
Conteúdos e	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO



Métodos da Educação Física				
Psicologia da Educação	SIM / 1	SIM / 2	SIM / 1	NÃO
Psicopedagogia	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Educação Comparada	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Educação Não-Formal	SIM / 1	SIM / 1	NÃO	SIM / 1
Legislação Educacional	NÃO	SIM / 2	SIM / 3	SIM / 1
Organização do Trabalho Docente	NÃO	NÃO	SIM / 2	SIM / 1
Teoria e Prática de Currículo	SIM / 4	SIM / 4	SIM / 2	SIM / 2
Políticas Educacionais	SIM / 1	SIM / 5	SIM / 6	SIM / 2
Gestão Educacional e Escolar	SIM / 6	SIM / 2	SIM / 1	NÃO
Planejamento Educacional e de Ensino	SIM / 2	SIM / 2	SIM / 3	NÃO
Avaliação Educacional e de Ensino	SIM / 2	SIM / 2	SIM / 1	NÃO
Literatura Infanto-Juvenil	SIM / 1	NÃO	NÃO	NÃO
Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação	NÃO	SIM / 3	SIM / 2	NÃO
Educação Inclusiva	NÃO	SIM / 2	NÃO	NÃO

Probabilidade e Estatística	SIM / 1	SIM / 2	SIM / 3	SIM / 1
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	NÃO	NÃO	SIM / 1	SIM / 1
Pluralidade Cultural e Orientação Sexual	NÃO	SIM / 1	SIM / 1	SIM / 2

Ao preencher a tabela, associando as questões de cada edição com as respectivas diretrizes pedagógicas, não foi possível ter total clareza de qual competência a questão estava abordando. Algumas questões tinham caráter interdisciplinar, com mais de um conteúdo abordado; outras, eram possíveis serem colocadas em outra diretriz, por permitir uma dupla interpretação. Como por exemplo a questão 3, da edição de 2014, que usa de interpretação de gráfico, em um assunto dentro das ciências:

Vale ressaltar que todas as questões foram lidas e encaixadas na tabela.

Ao olhar a tabela, deduz-se a inconsistência do número de questões de cada competência. Alguns assuntos mantêm uma constância nas edições, como Didática; Conteúdos e Métodos do Ensino da Língua Portuguesa; Teoria e Prática de Currículo; Políticas Educacionais e Probabilidade e Estatística. É relevante reafirmar as dúvidas de qual assunto cada questão pertencia. Foi considerado o contexto e as referências das questões.

Na competência Pesquisa e prática pedagógica, capta-se uma diferença de números, respectivos as edições. Na edição atual, de 2017, tem uma quantidade considerável de questões, comparada as edições anteriores. O conteúdo traz uma imagem do que poderia tratar-se as questões desse assunto. Claramente, em uma prática profissional pedagógica, a pesquisa é essencial para aprimorar a atuação do professor na sala de aula, visto saber as condições que podem surpreendê-lo no seu

ambiente de trabalho. É um ponto positivo ter abordado com mais ênfase esse assunto atualmente, ainda que seja 15% das questões abordadas. Na questão discursiva específica 3, vê-se um exemplo, quando pede para “redigir um texto sobre estratégias que efetivam as orientações na Educação Infantil, considerando os aspectos do desenvolvimento da linguagem da criança e a valorização da linguagem expressadas em brincadeiras.”

Visualmente, percebe-se uma certa frequência na presença de determinadas competências ao longo das edições, sobretudo na competência: Conteúdos e Métodos do Ensino da Língua Portuguesa. Nessa competência foi considerado o uso de textos e suas interpretações, alternando-as na quantidade de questões no decorrer das edições. Um exemplo é a questão 6, da edição de 2017, que diz:

A imigração haitiana para o Brasil passou a ter grande repercussão na imprensa a partir de 2010. Devido ao pior terremoto do país, muitos haitianos redescobriram o Brasil como rota alternativa para migração. O país já havia sido uma alternativa para os haitianos desde 2004, e isso se deve à reorientação da política externa nacional para alcançar liderança regional nos assuntos humanitários. A descoberta e a preferência pelo Brasil também sofreram influência da presença do exército brasileiro no Haiti, que intensificou a relação de proximidade entre brasileiros e haitianos. Em meio a esse clima amistoso, os haitianos presumiram que seriam bem acolhidos em uma possível migração ao país que passara a liderar a missão da ONU.

No entanto, os imigrantes haitianos têm sofrido ataques xenofóbicos por parte da população brasileira. Recentemente, uma das grandes cidades brasileiras serviu como palco para uma marcha anti-imigração, com demonstrações de um crescente discurso de ódio em relação a povos imigrantes marginalizados. Observa-se, na maneira como esses discursos se conformam, que a reação de uma parcela dos brasileiros aos imigrantes se dá em termos bem específicos: os que sofrem com a violência dos atos de xenofobia, em geral, são negros e têm origem em países mais pobres. A partir das informações do texto, conclui-se que:

- a) O processo de acolhimento dos imigrantes haitianos tem sido pautado por características fortemente associadas ao povo brasileiro: a solidariedade e o respeito às diferenças

- b) As reações xenófobas estão relacionadas ao fato de que os imigrantes são concorrentes diretos para os postos de trabalho de maior prestígio na sociedade, aumentando a disputa por boas vagas de emprego.
- c) O acolhimento promovido pelos brasileiros aos imigrantes oriundos de países do leste europeu tende a ser semelhante ao oferecido aos imigrantes haitianos, pois no Brasil vigora a ideia de democracia racial e do respeito às etnias.
- d) O nacionalismo exacerbado de classes sociais mais favorecidas, no Brasil, motiva a rejeição aos imigrantes haitianos e a perseguição contra os brasileiros que pretendem morar fora do seu país em busca de melhores condições de vida.
- e) A crescente onda de xenofobia que vem se destacando no Brasil evidencia que o preconceito e a rejeição por parte dos brasileiros em relação aos imigrantes haitianos é pautada pela discriminação social e pelo racismo.

Com os apontamentos concluídos, esperava-se que fosse abordado com um pouco mais de ênfase a competência Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao menos na edição de 2017. Visto a crescente divulgação e a expansão de discussões sobre a necessidade de incluir crianças com deficiências nas escolas, e a adaptação que essas instituições devem passar para recebê-las, desde a mudanças nas estruturas físicas a capacitação de professores para o trabalho com esses alunos, seria de grande relevância trazer situações que envolvessem esse tema. A questão que traz a teoria inclusiva, como exemplo, é a edição de 2011:

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino. De acordo com os pressupostos da inclusão escolar expressos na referida Política, avalie as afirmações a seguir.

- I. A inclusão educacional expressa um paradigma fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis.
- II. A educação inclusiva prevê o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares.
- III. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

IV. O movimento mundial pela inclusão educacional é uma carta de intenções que prevê, a partir da próxima década, ações políticas de atendimento educacional especializado, que deve ocorrer em salas de aula diferenciadas, na mesma escola. É correto apenas o que se afirma em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II, e III.
- e) II, III e IV.

E, na edição de 2014, questão 22, com uma abordagem prática com o uso da Língua de Sinais:

Na formação de classes de determinado ano letivo, identificou-se a matrícula de aluno surdo que usa a LIBRAS para a comunicação e o bilinguismo como opção familiar para sua educação. Assim, a equipe da escola (gestores, docentes e funcionários) envolveu-se para compreender a surdez, as abordagens educacionais para o ensino do aluno surdo e também para criar condições favoráveis ao atendimento desse aluno.

A lei nº 10.436/2002 reconhece os surdos como sujeitos de direito e, em função de sua comunicação possuidores de uma cultura diferenciada, reconhece, ainda, a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão. Da mesma forma que outros recursos de expressão a ela associados.

O bilinguismo é visto, hoje, como abordagem privilegiada para a educação do surdo, pois visa capacitá-lo na utilização de duas línguas: a língua de sinais (principal meio de comunicação) e a língua escrita da comunidade em que vive.

Nesse cenário, entre as ações que podem favorecer a aprendizagem desse aluno surdo e garantir seu direito à educação, incluem-se as de:

- I- Disponibilizar materiais a promover atividades em LIBRAS para os alunos não surdos.
- II- Convencer a família a optar pelo oralismo como forma de o aluno aproximar-se ao máximo da língua falada pela maioria dos alunos da escola.
- III- Envolver a turma em que o aluno surdo está matriculado e demais alunos da escola na aprendizagem de LIBRAS.
- IV- Providenciar a transferência do aluno para uma escola que atenda a comunidade surda, pois uma escola especializada é mais adequada ao seu processo de ensino-aprendizagem.

Sobre a competência Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação, poderia ampliar mais esse leque, uma vez que a era digital já entrou e se acomodou no mundo da educação. É importante questionar os acadêmicos sobre esse conteúdo e mostrar a relevância de informar-se nesse aspecto, trazendo à tona as

dificuldades de implantar esse recurso e os benefícios que esse recurso traz. Quando exposto sobre esse conteúdo, não reflete muito a prática pedagógica. Um exemplo dessa abordagem está na edição de 2011, questão 2:

Exclusão digital é um conceito que diz respeito às extensas camadas sociais que ficaram à margem do fenômeno da sociedade da informação e da extensão das redes digitais. O problema da exclusão digital se apresenta como um dos maiores desafios dos dias de hoje, com implicações diretas e indiretas sobre os mais variados aspectos da sociedade contemporânea. Nessa nova sociedade, o conhecimento é essencial para aumentar a produtividade e a competição global. É fundamental para a invenção, para a inovação e para a geração de riqueza. As tecnologias de informação e comunicação (TICs) proveem uma fundação para a construção e aplicação do conhecimento nos setores públicos e privados. É nesse contexto que se aplica o termo exclusão digital, referente à falta de acesso às vantagens e aos benefícios trazidos por essas novas tecnologias, por motivos sociais, econômicos, políticos ou culturais.

Considerando as ideias do texto acima, avalie as afirmações a seguir.

I. Um mapeamento da exclusão digital no Brasil permite aos gestores de políticas públicas escolherem o público alvo de possíveis ações de inclusão digital.

II. O uso das TICs pode cumprir um papel social, ao prover informações àqueles que tiveram esse direito negado ou negligenciado e, portanto, permitir maiores graus de mobilidade social e econômica.

III. O direito à informação diferencia-se dos direitos sociais, uma vez que esses estão focados nas relações entre os indivíduos e, aqueles, na relação entre o indivíduo e o conhecimento.

IV. O maior problema de acesso digital no Brasil está na deficitária tecnologia existente em território nacional, muito aquém da disponível na maior parte dos países do primeiro mundo.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

Diferente do mesmo tema abordado na edição de 2014, quando traz a tecnologia para as práticas pedagógicas, na questão 30:

Na atualidade, o surgimento de um novo tipo de sociedade tecnológica é determinado principalmente pelos avanços das tecnologias digitais de comunicação e informação e pela microeletrônica. Essas novas tecnologias assim consideradas em relação às tecnologias anteriormente existentes,

quando disseminadas socialmente, alteram as qualificações profissionais. A ciência, hoje, na forma de tecnologias, altera o cotidiano das pessoas e coloca-se em todos os espaços. Não há dúvidas de que as novas tecnologias de comunicação e informação trouxeram mudanças consideráveis e positivas para a educação. Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais e softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino-aprendizagem, onde anteriormente predominava a lousa, o giz, o livro e a voz do professor. Para que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) possam trazer alterações no processo educativo, elas precisam, no entanto, ser compreendidas e incorporadas pedagogicamente. Isso significa que é preciso respeitar as especificidades do ensino e da própria tecnologia para poder garantir que seu uso realmente faça diferença.

Na perspectiva do texto acima, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I – Os avanços das tecnologias digitais de comunicação e informação e da microeletrônica podem ser incorporados às tecnologias mais antigas no trabalho educativo, desde que se compreendam as especificidades do ensino e da própria tecnologia.

PORQUE

II – O ensino mediado pelas TIC permite ampliar não somente as possibilidades pedagógicas de aprendizagem, mas também a interação entre os atores do processo educativo. A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- b) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é justificativa correta da I.
- d) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- e) As asserções I e II são proposições falsas.

Algumas questões discursivas exigem um conhecimento sobre determinados assuntos que não fazem parte dos resultados essenciais da aprendizagem. Não há possibilidade de prover os alunos de conhecimentos não específicos, as instituições não devem receber a responsabilidade dos alunos que não possuem essa competência.

Deduz-se que esteja sendo avaliado do aluno a capacidade de discutir sobre aquele tema e de elaborar um texto que permita mostrar uma perspectiva sobre ele, como exemplo as questões discursivas 1 e 2 da edição de 2017, que pede que o aluno trate dos temas: “epidemia de sífilis congênita no Brasil e relações de gênero” e “propor medidas para facilitar o acesso de pessoas trans à sociedade”. Ou seja, de forma ampla, com esse sistema avaliativo, é possível avaliar o nível de conhecimento

geral do aluno, porém é improvável que contribua como um aparato para instituições e professores.

## DISCUSSÃO

Observando os resultados, vê-se a inconsistência das questões ao longo das edições. Os objetivos do Enade são muito amplos para um teste de larga escala e as exigências do teste não se associa por completo ao conteúdo do curso que ele busca avaliar e, quando o mesmo é usado para avaliar o desempenho dos estudantes na graduação, suspeita-se que os resultados não sejam satisfatórios. As competências abordadas são mínimas, com pouca incidência de exposição de conhecimentos práticos.

É preciso reconhecer que, raramente, os processos avaliativos não abrange todos os aspectos para considerar a qualidade da educação superior, sobretudo um método de avaliação de larga escala, onde busca definir aspectos das instituições e desempenho dos estudantes.

De acordo com os comentários da OCDE, há uma generalização de conteúdos impostos nas provas, que exigem além dos conhecimentos que devem ter das diretrizes dos cursos dos alunos graduandos, exigência que não faz parte da intencionalidade proposta pelo Enade. Além de não ser possível avaliar, de forma apropriada, a aprendizagem dos alunos, de acordo com as diretrizes curriculares dos cursos.

A OCDE ainda pontuou sobre esse método avaliativo: o exame possui caráter obrigatório e de baixo risco, o que desmotiva os alunos para a realização do exame; a dificuldade ao qual os alunos são expostos não são equivalentes entre os anos e, sobretudo, não há um limite de qualidade que aponta o que realmente seja um bom desempenho. O Enade deve ser claro quanto aos seus resultados e o que eles significam. Com os resultados oferecidos pelo exame não é possível encontrar meios para mudanças de conteúdos e aperfeiçoamento nos ensinamentos institucionais, ou seja, não é eficiente nesse aspecto.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se a importância de avançar os patamares da qualidade da educação do ensino superior no Brasil e o artigo quis destacar, brevemente, algumas imprecisões do sistema avaliativo e os seus requisitos. Portanto, algumas estratégias precisam ser tomadas para que seja consolidada essa melhora. Os objetivos do Enade devem ser reavaliados, assim como os seus benefícios para universidades e docentes, de forma que aponte, com transparência, seus pontos fracos, para que sejam reparados. Da mesma maneira que deve procurar torná-lo um instrumento útil e acessível para os professores das instituições, como um meio de identificar as deficiências que permeiam a educação superior e tentar saná-las.

Os resultados só confirmam uma realidade ainda precária no método avaliativo da educação superior no Brasil. Visto possuir exigências de um exame obrigatório, apresenta uma finalidade ineficaz aos seus principais objetivos. São necessários avanços para que esse processo se torne um mecanismo de avaliação elevado na análise de habilidades e competências alcançadas dos alunos.

Conclui-se que os objetivos Enade devem circuitar os conhecimentos específicos das disciplinas e conhecimentos gerais que pertençam ao currículo das instituições. É necessário também uma prioridade na estrutura do exame, para que os níveis de dificuldade não tenham muita variância. Além de, mostrar para os alunos os benefícios de realizar o exame, com algum incentivo para os próprios, visto que a maioria não têm responsabilidade nas resoluções.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORDAS, Merion Campos et al. O olhar da comissão assessora de avaliação sobre o enade da área de pedagogia - 2005. Avaliação (Campinas) [online]. 2008, vol.13, n.3, pp.681-712.
- BRITO, M.S.T. et al. Educação sem fronteiras: em discussão o ensino superior. 1.ed. Pioneira. São Paulo: SP, 1996.

CARPINELLI, C.S.A. et al. Educação sem fronteiras: em discussão o ensino superior. 1.ed. Pioneira. São Paulo: SP, 1996.

GRACIANI, M. S. S. O ensino superior no Brasil: a estrutura de poder na universidade em questão. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 1982.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 07 de ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), 2019. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>>. Acesso em: 07 de ago. 2019.

LACERDA, Leo Lynce Valle de e FERRI, Cássia. Relações entre indicadores de qualidade de ensino e desempenho de estudantes dos cursos de Pedagogia do Brasil no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Rev. Bras. Estud. Pedagog. [online]. 2015, vol.96, n.242, pp.129-145. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA

EDUCAÇÃO NACIONAL. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldbem>>. Acesso em: 26 mai. 2019. LEITAO, Thiago;

MORICONI, Gabriela; ABRAO, Mariangela e SILVA, Dayse. Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior. Rev. Bras. Educ. [online]. 2010, vol.15, n.43, pp.21-44. MARTINS, M. do C. F. (2008). A

avaliação da universidade: uma análise das publicações no Brasil. EDUCAÇÃO E FILOSOFIA, 12(24), 11-47.

NÉRICI, I. G. Metodologia do ensino superior. 1 ed. Editora Fundo de cultura. Rio de Janeiro, 1967.

ORGANIZAÇÃO para a cooperação e Desenvolvimento Econômico. Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil. 1. ed. Brasil: OCDE, 2018, pp 28.

ROCHA, Aline Lemes da Paixão; LELES, Claudio Rodrigues e QUEIROZ, Maria Goretti. Fatores associados ao desempenho acadêmico de estudantes de Nutrição no

Enade. Rev. Bras. Estud. Pedagog. [online]. 2018, vol.99, n.251, pp.74-94. VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes e SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. WANDERLEY, Luís Eduardo W. Avaliação da Universidade: Pressupostos metodológicos, opções e estratégias. In: AMORIM, A e SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação Institucional da Educação Brasileira: questões polarizadoras. Estudos em Avaliação Educacional, 1990, nº 1.